

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Jundiaense Luiz Braille – De Assistência ao Deficiente da Visão, também designada Braille, fundada em 20 de dezembro de 1941, é uma Associação Civil, educacional beneficente, assistencial, reabilitacional e saúde, sem fins econômicos, que terá duração por tempo indeterminado, com sede no município de Jundiaí. Tem como missão, servir e desenvolver as habilidades potenciais das pessoas deficientes da visão prestando – lhes serviços de diagnóstico, habilitação e reabilitação, gratuitos, permanentes a quem necessitar, sem qualquer discriminação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.101/09 e especificamente a NBC ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC N.º 1.409/12, aplicável a Entidades Sem Finalidade de Lucros e demais disposições complementares, exceto pelo Imobilizado, que não foi avaliado a valor presente na adoção inicial.

No ano de 2008, entrou em vigor a Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil. Essa nova legislação tem, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos sejam expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração do superávit do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos, e outras transações. As demonstrações incluem, portanto, estimativas referentes a provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outras obrigações.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Ativo imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear.

Redução ao valor recuperável

Não houve indicações de perda de valor do ativo imobilizado, ativo intangível e estoques. Portanto, a Entidade não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Gratuidades e Assistência Social

Estão demonstradas conforme dispostos do Art. 4.º parágrafo único, do Decreto N.º 2.536/98.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	Saldo 2.013	Rentabilidade e	IRF Retido	Saldo 2.012
Banco do Brasil S.A. (BB REF. DI 200)	121,78	24,98	6,13	2.035,80
Banco do Brasil (BB CP)	2,70	0,09	0,01	2,62
Banco Santander - Poupança Renda Fixa	195,25	11,69	0,00	183,56
Total	319,73	36,76	6,14	2.221,98

5. IMOBILIZADO

	2013			2012
	Custo Reavaliado	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Edifícios	260.306,17	91.943,32	168.362,85	179.502,41
Máquinas e Equipamentos	1.936.411,62	1.001.925,96	934.485,66	932.351,67
Móveis e Utensílios	186.621,81	106.250,63	80.371,18	86.965,18
Veículos	39.314,74	14.843,82	24.470,92	415,57
Computadores e Periféricos	107.609,96	74.458,94	33.151,02	44.363,03
Telefonia	393,20	-	393,20	393,20
Instrumental Cirúrgico	20.600,00	2.619,17	17.980,83	18.270,00
Total	2.551.257,50	1.292.041,84	1.259.215,66	1.262.261,06

6. INTAGÍVEL

	2013			2012
	Custo Reavaliado	Amortização Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Softwares	1.200,00	40,00	1.160,00	0,00

7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2013	2012
Salários a pagar	59.824,63	45.598,92
Rescisões a Pagar	1.090,93	-
Profissionais Autônomos a Pagar	26.734,16	11.359,97
FGTS a recolher	23.999,14	11.350,76
INSS a recolher	58.988,44	10.366,13
PIS a Pagar	7.205,87	1.441,97
Contribuições Sindicais a Pagar	1.988,11	1.707,19
Férias a Pagar	159.937,48	129.235,41
Total	339.768,76	211.060,35

8. DOAÇÕES

A entidade recebeu doações de pessoas físicas e jurídicas:

	2013	2012
Pessoa Física	110.699,42	98.709,10
Pessoa Jurídica	47.274,10	2.688,95
Total	157.973,52	101.398,05

9. CONVÊNIOS, SUBVENÇÕES E OUTRAS RECEITAS

	2013	2012
Convênios	6.886.796,53	5.728.917,32
Subvenções	51.059,17	55.232,19
Feiras / Eventos / Projetos	84.457,81	65.223,28
Outras Receitas	14.921,00	104.903,00
Total	7.037.234,51	5.954.275,79

10. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL

A entidade possui em vigência de 09/11/2013 a 09/11/2014 a apólice de seguro nº 46.179, processo SUSEP nº 15414.003241/2005-39 da Nobre Seguradora do Brasil S.A., com cobertura no limite máximo de indenização de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para:

- a) Danos corporais
- b) Danos morais
- c) Danos Materiais
- d) Existência, uso e conservação
- e) Defesa Jurídica

11. PATRIMONIO SOCIAL DA ENTIDADE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL					
Ano	Fundo Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Déficit Acumulado	Superávit Exercício	Total
2012	1.467.313,70	0,00	0,00	105.741,23	1.573.054,93
2013	105.741,23	0,00	0,00	(105.741,23)	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	3.330,58	3.330,88
Saldo Final	1.573.054,93	0,00	0,00	3.330,58	1.576.385,81

12. ASSISTENCIA SOCIAL

O Braille – Instituto Jundiaiense Luiz Braille – de Assistência ao Deficiente da Visão, utilizou no período de 2013 correspondente à gratuidade, o montante de R\$ 6.018.623,07.

Custo de Serviços Prestados	4.298.923,70
Despesas com Pessoal	1.716.698,37
Outras Gratuidades	3.001,00

13. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento ao artigo 4º, Parágrafo Único, do Decreto 2.536 de 06 de abril de 1998, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas em 2013, como se devidas fossem foram de R\$ 201.565,14.

JOSÉ CARLOS DE LIMA
PRESIDENTE

ANDRÉA REGINA BONANÇA
CRC 1SP253400/O-3